

discreto e experiente, e comunicou-me, que se impunha o meu comparecimento, para serenar os ânimos de um protesto estudantil. Ele conseguira adiar, ao máximo, mas era reclamada a presença maior. Qual era a reclamação: o feijão queimou! Confesso, fiquei completamente desbaratado, talvez por ser de uma geração machista, que nada entende de cozinha. Felizmente, o Chefe do Refeitório encontrou a solução. Apesar do aspecto pilhérico, extraí, daí, uma lição de filosofia-político-administrativa: Quixotes, nunca marcham sem os Sanchos. É preciso muita reforma; mas, a condição básica é, mesmo, o feijão. Que haja! Aleluia! Amém!

50 Anos da UFPE - Uma Análise Retrospectiva da Instituição e Seu Contexto

George Browne Rêgo

Pedi-me o Professor Geraldo Pereira, que apresentasse, sob a forma de um artigo, um depoimento sobre a história da Universidade Federal de Pernambuco, que, neste ano de 1996, comemora o seu cinquentenário. Cumulou-me o atual Vice-Reitor deste honroso encargo, em função de ter sido eu um Reitor dessa instituição e como tal ter tido a honra de dirigi-la, durante o período 1983-1987.

Procurar-se-á, portanto, neste relato, privilegiar o aludido quadriênio — sem, contudo, perder-se de vista a integralidade do processo evolutivo no qual a instituição emergiu e se desenvolveu. Para tanto, objetiva-se fugir do fragmentário e perfilhar uma rota que facilite a tessitura de certas articulações que possibilitem tornar mais coerente, inteligível e contextualizada a compreensão da sua história. Há, por conseguinte, uma clara intenção de evitar-se, tanto quanto possível, que este depoimento sobre a Universidade Federal de Pernambuco reduza-se, tão somente, a uma análise superficial e isolada de aspectos da sua existência; ou a uma biografia composta, meramente, de uma cronológica justaposição das suas realizações e deficiências, ou, ainda, que se atenha, apenas, à narração de eventos associados à história de indivíduos ou grupos que, em última análise, consciente ou inconscientemente, podem, apenas, induzir o culto de alguma personalidade ou, quando não, de instituições isoladas.

Um outro aspecto, de caráter subjetivo, mas que, nem por isso, deixa igualmente de merecer alguma atenção é o fato de que, o narrador esteve, durante a maior parte da sua existência, visceralmente envolvido com a Universidade Federal de Pernambuco participando, sempre que lhe foi possível, de uma considerável parcela da sua história. Deve-se, por isso, reconhecer que as suas considerações e julgamentos sobre ela, não defluem, primordialmente, de uma postura cientificizante de um observador que

pretende analisar o objeto de suas investigações com o máximo de imparcialidade. Elas são, numa considerável medida, inspiradas por um profundo amor e zelo que desde jovem cultivou por essa Instituição. Tais sentimentos, tornaram-se, inclusive, estimulantes ingredientes para quem viesse a se interessar pelo estudo das raízes histórico-filosóficas que deram origem à própria concepção de Universidade. O objetivo desta advertência é o de prevenir os leitores no sentido de que, certamente, poderão vislumbrar, ao longo dessa exposição, um misto de racionalidade e sentimentalidade, de pensamento e de vivência, de entendimento e de compreensão. Mas, nem por isso, há aqui o propósito de apresentar, propriamente, uma explicação e, muito menos, uma escusa, sobre a presença desses elementos não racionais envolvidos na sua narrativa. Da imagem da Universidade como a vejo, ou melhor, como a sinto, até porque sentimentos representam algo profundamente humano, a alguma coisa que, não se explica, mas, simplesmente, se vivencia. Ademais, parece ser cada vez mais firme a convicção, entre os integrantes de uma corrente filosófica à qual o autor deste trabalho, indiscutivelmente, se filia, de que o discurso puramente lógico e objetivado, o discurso científico-positivista, que não incorpora qualquer argumentação a partir do próprio eu, ou seja, dos elementos da pura subjetividade — especialmente em se tratando de problemas da esfera do humano e do social — é um discurso insuficiente, porque baseado apenas em fatos. E, como dizia Edmund Husserl, "as meras ciências de fato criam, apenas, meros homens de fato." Portanto, quando se trata de historiar uma realidade determinada, como é aqui o caso, tem-se que estar atento para o problema da relação entre esta mesma realidade e a história. Isto porque as coisas que pretendemos conhecer e descrever, como já se antecipou, se dão, para nós, primeiramente, como um puro ingrediente da nossa vida individual e privada e da nossa própria circunstância. Mas esta, por seu turno, se insere igualmente no, e interage diretamente com o conjunto de outras circunstâncias pessoais, totalizando, assim, um somatório de perspectivas possíveis e dando lugar a uma variedade de interpretações sobre o fato e sua conceituação. Por exemplo, de um ponto de vista do objeto real "casa", ele tem uma conotação diferente em relação a mim, a um presidiário a um sem-teto, a um corretor de imóveis, a um exilado

ou a um colecionador. Daí não se poder confundir o conceito com a imagem, pois, nenhuma verdade, vista sob um ângulo circunstancial específico, esgota a realidade, uma vez que esta, para se tornar verdade objetiva e humanamente possível, terá que se fundir com todas as outras verdades possíveis também objetivas, decorrentes da totalidade das perspectivas. Em síntese, para que se amplie a compreensão da realidade histórica, não se pode desconsiderar, na sua narração, o mundo das finalidades e das intenções, pois elas não só antecedem, mas, sobretudo, fundam o universo da racionalidade e da ciência. Essas condições pré-categoriais à lógica do discurso científico, são aquilo que, na linguagem fenomenológica, se intitula de *Lebenswelt*, ou "O Mundo da Vida".

Portanto, ao tentar cumprir a missão que lhe foi atribuída, o autor, naturalmente, procurará enriquecer a sua interpretação com elementos intencionais, valores e ideais, constitutivos de outras interpretações que também se preocuparam com a questão da Universidade. A partir de um possível somatório desses elementos é possível delinear uma espécie de utopia. Algo que, analogamente, corresponderia àquilo que magistralmente Robert Hutchins designou de *University of Utopia*. Um ideal de instituição que esteja destinada não apenas a produzir conhecimento, porém, mais do que isso, infundir e difundir sabedoria. Uma instituição que tenha o mínimo de condições para preservar a livre discussão e o criticismo inteligentes, cultuando tais valores como a mais segura garantia contra os ataques dos Filisteus, sejam eles arautos do autoritarismo ou de um voluptuoso imediatismo daqueles mercadores da cultura e do saber. Uma instituição que apoie as mudanças, mas que o faça discutindo-as criticamente, para que, assim, tenha as necessárias condições de vislumbrar, pela via da inteligência, quais os rumos que tais mudanças podem tomar e, sobretudo, que consequências poderão delas advir. Esta, parece, provavelmente, uma via pela qual poder-se-ia procurar alcançar — respeitados os compromissos, suscitados pelos condicionamentos sócio-culturais e as perspectivas e convicções pessoais dos que integram a sua comunidade — um entendimento mais efetivo e integrado da própria idéia de Universidade. Resultado, por conseguinte, de uma certa síntese, extraída do seio da sua natural diversidade de intencionalidades.

Um mínimo consensual, diga-se assim, em torno de determinados pressupostos, impostergáveis a uma instituição dessa natureza. Mais especificamente, o efetivar-se deste desiderato representaria descobrir uma linha de convergência e um núcleo da fidelidade em torno dos quais a comunidade acadêmica, intelectual e eticamente, unir-se-ia e atuaria, para defender e preservar a dignidade e a autenticidade da instituição universitária.

Isto, neste momento, parece ser crucial, pois, embora tenha, até agora, sobrevivido por praticamente nove séculos, a Universidade vem, num crescendo, particularmente no Brasil, sendo assaltada por perniciosas provocações, inclusive por parte do próprio poder público; sendo questionada pejorativamente do ponto de vista das suas finalidades; sendo combatida virulentamente pelos pragmáticos de plantão. Torna-se então imperativo e urgente, neste fim de século em que predominam a angústia e a incerteza, que a comunidade acadêmica procure descobrir este território comum no qual se possa formular, sem violentar circunstancialidades e intencionalidades em torno de certos princípios, uma mensagem de fé, uma filosofia de ação que sirva como força motivadora à recuperação da nossa Universidade e, por extensão, da própria Universidade brasileira.

Embora não seja apenas a Universidade que careça dessa arregimentação, no seu caso, todavia, isto se torna bem mais imperativo, uma vez que ela constitui, pela sua dimensão intelectual e seu caráter crítico, o alvo mais visado pelos governos que costumam associar crítica inteligente à oposição sistemática. No caso brasileiro a impressão que se tem é que há uma afinada orquestração no sentido de invalidar as condições do exercício dessa crítica, essencialíssima a uma sociedade que se pretende aberta ao diálogo e às mudanças. E dentre os mais notórios partícipes desse bloqueio encontram-se, de um lado o próprio governo e de outro, uma parcela da mídia nacional. Aquele, com frequência, restringindo as ações e os meios indispensáveis ao seu pleno exercício, quando não utilizando mecanismos de punição contra as instituições universitárias públicas e seus integrantes; esta, divulgando, não raro, de forma deturpada ou capiciosa suas mazelas, sem dar qualquer relevo ou mesmo o mínimo de reconhecimento às suas virtudes.

Mas há, igualmente, por razões de justiça, de se reconhecer que tais ações repressivas não se restringem, apenas, às Universidades. Elas se direcionam, também, "modus in rebus", a outras instituições igualmente relevantes, de preferência aquelas envolvidas com problemas da área social. Ao afetar os seus interesses maiores essa política se conflita, em última análise, com os da própria nação. Por isso é fundamental que as lideranças nacionais conscientes, políticas e intelectuais se mobilizem como um todo na defesa dos valores e da autonomia das suas instituições públicas. É curioso, para não dizer paradoxal, observar que essas ações repressivas são, com frequência, perpetradas por um poder que alega fazê-lo por estar investido do manto de uma legitimidade, a qual não se auto-impõe limites ao seu poder de mando. Extrapola, dessa maneira, a delegação que, pelo consentimento do povo lhe foi deferida, chegando mesmo, em algumas hipóteses, a violentar, ostensivamente, leis e princípios constitucionais.

É um dever do indivíduo que vive e participa de um regime democrático não se omitir diante desses fatos, porque eles, antes de tudo, violentam a própria consciência cívica da nação. Isto se torna tanto mais imperativo quando relacionado à elite culta de qualquer país. A esta cumpre, antes do que a qualquer setor da sociedade, pela sua possibilidade de entender, de forma mais profunda e abrangente o significado das concepções e os seus eventuais efeitos, a indeclinável missão de manifestar-se, de modo livre, claro e corajoso sobre tais concepções e rumos. Em sociedades autenticamente democráticas esse papel desempenhado pelas instituições intelectuais e culturais é tomado em séria consideração pelos próprios estamentos decisórios do governo e da comunidade. Estes, consideram-nas, figurativamente, como espécies de faróis que, autonomamente, assentindo ou criticando, são capazes de lançar luz mais contributiva à visualização dos planos de reforma social e aos seus possíveis prognósticos.

A história tem demonstrado quão nocivo por vezes se afigura o permitir-se, por temor ou omissão, que os destinos do povo e da nação sejam integralmente depositados nas mãos enrijecidas e insensíveis da todo-poderosa tecnoburocracia, que, através de uma mídia desenhada exclusivamente para justificá-la, é capaz de manipular mentes e corações. Tais temores e omissões

para nada mais servem senão para comprometer o salutar hábito de melhor ouvir isentas e qualificadas instâncias da sociais, como é o caso da Universidade, via o concurso da sua intelectualidade. Mas a história tem também ensinado que, em certas situações críticas da vida nacional, alguns países foram capazes de superar a apatia e o conformismo, animados pelas palavras e pelas ações das suas lideranças intelectuais (científicas, literárias, políticas) na defesa das suas instituições. Exemplos inesquecíveis de sacrifício e coragem emergiram desses, porta-vozes e timoneiros de renovadoras mensagens de fé, visando à valorização e soerguimento do valores sociais e espirituais da nacionalidade.

À guisa de ilustração, poder-se-ia aqui evocar um dos mais dramáticos e também dos mais belos testemunhos desse tipo de liderança: o do pensador e poeta Charles Péguy. Um verdadeiro herói que não mediu sacrifícios na defesa do seu povo e do seu país. Um apóstolo do reencontro da nação com a sua dignidade, com a essência da sua história. A sua mensagem, proferida em *Um Novo Teólogo*, metaforicamente permite que se possa ter uma noção de, em que medida o papel dos intelectuais pode tornar-se relevante à conscientização e participação dos indivíduos na preservação dos seus mais caros valores e na defesa das suas mais sólidas instituições. Referindo-se à fé cristã, queurgia ser revigorada, num momento em que forças destruidoras ameaçavam devastar à sua pátria e dissolver uma das suas mais nobres tradições, Péguy assim se manifestava: "Trata-se da simples questão de saber se as nossas fidelidades modernas - quero dizer, as nossas fidelidades cristãs - mergulhadas no mundo moderno, assaltadas, batidas por todos os ventos, combatidas por tantas provocações, mas que passaram intactas através desses dois séculos de experiências intelectuais, não retiraram de tudo isto uma singular beleza, uma beleza ainda não obtida, e uma singular grandeza aos olhos de Deus... As nossas fidelidades são cidadelas... Essas cruzadas que arrastavam povos, que lançavam os continentes uns contra os outros... Refluíram até à nossa época, entraram mesmo nas nossas casas... O mais insignificante de nós é literalmente um cruzado... Todos nós somos vagas batidas por interminável tempestade e as nossas casas são todas elas fortalezas no mar."

Para encerrar esta breve introdução, caberia ainda ressaltar o seguinte: a estratégia que será aqui utilizada de, sempre que possível, confrontar o suscinto relato da história da UFPE., com a pré-falada noção de Universidade Utopia, traduz, consequentemente, o firme propósito de se procurar contribuir, de alguma forma, para a con-solidação de uma cruzada em defesa da personalidade e dos supremos valores da cultura e do espírito da nossa Universidade e, por extensão, os da universidade pública brasileira em geral.

A Universidade Federal de Pernambuco começou a sua real existência há cinquenta anos, sob a designação de Universidade do Recife. Formalmente, sua criação se deveu a um ato do Presidente da República, Marechal Eurico Gaspar Dutra. Um Decreto de 08 de outubro de 1946, assegurou-lhe o primeiro Estatuto, sendo Ministro da Educação e Saúde o Professor Ernesto de Souza Campos.

O fato de ter sido criada sob os ventos da redemocratização, propriamente, não a relaciona com os ideais e as motivações desse mesmo movimento. Infelizmente, no Brasil, as Universidades não nasceram como decorrência de uma genuína vontade política nacional, nem tampouco como de uma amadurecida consequência de pressões imperativas da intelectualidade e da cultura nacionais. Elas aparecem como que mecanicamente. Produtos do artificialismo político, de gestões oportunistas deste ou daquele parlamentar ou político local influente, para contemplar ou recompensar este ou aquele grupo. Aliás, desde a criação da primeira delas, a do Rio de Janeiro, cuja história, até hoje, está ligada ao anedótico episódio de que o móvel da sua origem fora, simplesmente, a necessidade de outorgar um título "Honoris Causa" ao Rei da Bélgica, as que se seguiram, subordinaram-se àqueles mesmos critérios e as suas respectivas criações também independeram da existência ou não de regimes democráticos que estivessem atentos ou mesmo profundamente interessados na criação de um sistema universitário nacional.

A esta indiferença dos poderes governamentais brasileiros em relação à Universidade e ao papel que deveria desempenhar como formadora e criadora de um saber científico, técnico e cultural elevado — papel já reconhecido e consagrado em civilizações mais amadurecidas — acresça-se um outro fator

prejudicial, não apenas ao funcionamento e à eficácia do sistema educacional, mas de toda vida pública. Trata-se da forma como a legislação nacional é constituída e aplicada. Ocorre que há no país uma praxe, sedimentada desde a formação da nossa própria nacionalidade, segundo a qual ao Executivo se atribui poderes excepcionais. Esta praxe, uma vez instituída, se foi incorporando aos textos constitucionais e à legislação ordinária, percorrendo, como um fio condutor, toda a história institucional do país. O primeiro e um dos mais ilustrativos exemplos da nossa história, desde a Independência foi o de 1824, quando o voluntarioso e temperamental D. Pedro I, dissolveu a Assembléia Constituinte, decretando, em sucessivo, ele próprio, a primeira Constituição Brasileira. A partir de então, velada ou manifestamente, resíduos desses dispositivos discricionários e draconianos, encontram-se infiltrados na nossa legislação. Variam, naturalmente, em volume, intensidade e nível de explicitação, de acordo com a época, a situação política e a forma de governo vigente. Essa pista única para imprimir velocidade às decisões governamentais constitui, portanto, para os dirigentes, a oportunidade de se utilizarem, como que personalisticamente, desses instrumentos, para impor as suas idéias e planos. Essa é a maneira mais fácil de evitar canais dialógicos, que, provavelmente, demandariam um maior espaço de tempo e permitiriam submeter tais decisões a outras instâncias do poder. Esse arejamento democrático certamente implicaria no risco de ter tais projetos reformulados ou simplesmente rejeitados. Tal risco este que os dirigentes preferem não correr, mesmo que isto implique numa agressão à democracia. São os Decretos, Decretos-Lei, Portarias, Recomendações, Medidas Provisórias e outros artificios, cada um com a indumentária e a linguagem do espírito do seu tempo. Por mais justo e bem intencionado que seja o uso de tais instrumentos, o fato é que ainda guardamos resquícios da concepção do Déspota Esclarecido. Essas praticas intervencionistas — questionáveis para quem vê na divisão e no equilíbrio entre os poderes do Estado um pressuposto inalienável da democracia e do império da lei e da justiça — não só favorecem o exercício centralizado do poder mas acenam para o fascínio do seu continuísmo. Infelizmente, até agora, a força do seu condicionamento é bem mais poderosa do que as tentativas de mudança. As

experiências de democratização vivenciadas até hoje no país, não foram suficientemente fortes para romper com essa antitética tradição. Não é por acaso que o movimento de 30 teve origem nos quartéis; que Getúlio Vargas é um remanescente desse grupo; que o candidato eleito para o regime constitucional de 46 foi um dentre os dois gerais candidatos. O golpe militar de 1964 procurou, ainda que tímida e formalmente, preservar alguns princípios da Carta de 46, enquanto que a Constituição Cidadã de 1988, acolhe a discricionária utilização das chamadas Medidas Provisórias.

Os impactos dessas mazelas da administração pública brasileira sobre os problemas de natureza social são contundentes. No caso da educação e particularmente o da superior, objeto último desse estudo, até o momento, o sistema universitário brasileiro ainda não conviveu com a difícil mas indispensável conciliação entre a autonomia das suas instituições — fundamental à caracterização da sua personalidade e ao exercício das suas funções superiores — e uma salutar e equilibrada interveniência do poder central. Pertinentes se afiguram as palavras de Anísio Teixeira, ao analisar a natureza e a função da administração pública brasileira, num artigo intitulado "A Administração Pública e a Educação", quando afirma que a administração geral centralizada e uniformizada é antes de tudo profundamente antidemocrática e tem efeitos onímodos sobre os serviços públicos, inclusive a educação. "A peculiaridade da grande organização monolítica brasileira — a do nosso governo federal, consiste na força de inércia ou na feição estática da organização brasileira." E, prosseguindo afirma, "transformou-se todo o governo federal em um 'organismo' único, em rigor uma única repartição, cujo diretor geral seria o Presidente da República;" (...) "Como, porém, 'organização' não é 'organismo', os detentores dos 'meios' ficaram efetivamente com a força, o poder, e os, dos 'fins', com a veleidade e a impotência."

Desta sorte, o contexto sócio-político e jurídico, dentro do qual as primeiras universidades públicas emergiram, evidentemente, não abria perspectivas flexíveis para que elas assumissem plenamente, na sua forma e na sua organização, o papel de instituições hábeis a arrostar as dificuldades advindas do pós-guerra e os inadiáveis requerimentos por ele acarretados no campo da cultura, da ciência e da tecnologia. Com raríssimas e honrosas

exceções, a esmagadora maioria inclinou-se, nos seus primórdios, muito mais para os ritos e as formalidades da rotina e da pompa universitárias do que mesmo para o desenvolvimento de uma consciência crítico-criativa que as induzisse às suas autênticas funções institucionais e a uma mais efetiva participação nos problemas sociais e culturais mais vivos e candentes do meio em que se circunscravam. Caracterizaram-se, desse modo, por uma certa timidez e por uma espécie de zelo pela eficiência e funcionamento institucional, meramente burocráticos. Do ponto de vista da sua produção acadêmica, o grande volume era ainda oriundo das tradicionais unidades que a compunham. Quanto à pesquisa sua produção era exigua; limitava-se a um pequeno grupo de idealistas que, sem infra-estrutura adequada, nem o indispensável apoio institucional, mesmo assim operavam verdadeiros milagres. Por conta desses problemas as universidades brasileiras foram, não raro, inquinadas pelas agências de desenvolvimento social e por uma parcela da própria população, de ausentes, alienadas, dissociadas das necessidades e dos grandes problemas locais, regionais e nacionais.

Seguindo as pegadas das que a antecederam, a Universidade Federal de Pernambuco vem à luz através de um aglomerado de Instituições tradicionais, como a Faculdade de Direito do Recife (1827); a Escola de Engenharia (1895); a Faculdade de Medicina e seus cursos anexos de Farmácia e Odontologia (1920); a Escola de Belas Artes (1932) e, finalmente, a Faculdade de Filosofia do Recife, Instituição confessional privada, dirigida pela Ordem das Dorotéias (1941) e que se incorporou à nascente instituição em face de exigência legal que condicionava a criação de universidades no Brasil à existência de uma Faculdade de Filosofia. (Resquícios da famosa Lei Francisco de Campos de 1931.) Apesar de tratar-se de uma Instituição recém-criada, sua autonomia e os seus objetivos didáticos e científicos já se encontravam delineados e assegurados no Decreto que a instituiu e no primeiro Estatuto que a regulamentou. Todavia, a tarefa básica a ocupar boa parte do tempo e do esforço dos dirigentes da nova Universidade consistia em encontrar um "modus vivendi" que a permitisse conviver com a tradição herdada das antigas Faculdades, com um passado que, a rigor, propriamente não lhe pertencia. A Universidade do Recife era

como que uma abstração uma categoria formal, procurando abrigar conteúdos que existiam isolada e auto-suficientemente. Coalisões de grupos, cooptações com lideranças acadêmicas, negociações nas disputas por cargos de direção superior — a exemplo dos de Diretor de Faculdade, além dos polêmicos e famigerados Concursos para Catedráticos — faziam parte de uma complexa fórmula pela qual se pretendia metabolizar organicamente um sistema cujos órgãos integrantes denotavam indícios de rejeição. Nos bastidores da política universitária, travava-se, então, uma batalha surda entre as antigas Instituições isoladas e a Reitoria, batalha esta, hoje, bem mais amortecida, embora ainda não de todo resolvida.

Com efeito, as aludidas instituições isoladas — o que é bastante compreensível — não pretendiam abrir mão da sua tradição e respeitabilidade, asseguradas que eram por intermédio de um ensino de boa qualidade, e pela sua proficiência em preparar a própria elite dominante e a classe média composta de funcionários públicos, de profissionais eficientes e de eruditos. Atividades que se compatibilizavam e serviam de força consolidadora à preservação, em última análise, dos interesses das classes econômica e socialmente privilegiadas. Mas, afinal de contas, bem ou mal, essas tradicionais Instituições de ensino superior constituíam quase que exclusivamente o único veículo de ascensão da classe média, além de ser o mais significativo e funcional de que o país dispunha para valorizar e emprestar relevância social às suas elites. Deferir, portanto, a sua autonomia e o seu prestígio a uma universidade incipiente — supunham os líderes das vestustas Faculdades — cuja funcionalidade e reconhecimento sociais, particularmente aqui no Brasil, ainda eram duvidosos, constituía um alto risco. Afinal de contas, tratava-se de uma Instituição ainda não submetida ao crivo da história e da tradição.

Embora os partidários da irreversibilidade do fenômeno histórico, não admitam especulações em torno de cursos alternativos de eventos já ocorridos, tais especulações não podem ser meramente inquinadas de puros exercícios idealistas. Antes, elas também representam um espaço de compreensão mais crítica para possíveis visões alternativas e seus respectivos desdobramentos.

Dentro deste raciocínio não é defeso admitir que, caso os políticos e educadores brasileiros tivessem preservado a continuidade histórica das tradicionais instituições de ensino superior, sem pretender subordiná-las ao novo sistema universitário, provavelmente, poder-se-ia, a partir da definição de papéis mais específicos e sobretudo mais adequados à natureza de cada uma das respectivas Instituições, obter uma convivência mais harmônica e até, quem sabe, um clima mais propício a um maior entendimento e mútua cooperação entre elas.

Esses problemas crônicos que se inserem na origem da universidade brasileira de modo geral e na nossa em particular, sendo estruturais, habitam as raízes do próprio processo de formação de toda a cultura nacional. Todavia eles representam apenas uma das faces de *Janus*. Aquela concernente às forças imemoriais imponderáveis às quais de uma forma, pode-se dizer, inconsciente, condicionam os comportamentos individuais e coletivos de um povo.

Há, contudo, uma outra face: aquela que reage e se opõe à rotina, ao formalismo, à repetição. É aquela na qual o sentido de continuidade esbarra no reconhecimento da sua própria circunstância. Ela tem origem nas ações de alguns líderes que aprenderam não apenas a conviver com o presente, mas, inteligentemente, a recortar da parafernália dos erros e vícios do passado, algumas lições sábias e nobres que resultaram em atitudes autenticamente renovadoras. Embora partilhando desse mesmo passado, eles foram capazes de, com criatividade, respeitar a tradição e até dar-lhe continuidade, sem contudo repetir o que já fora feito, mas fazendo exatamente, de um modo diferente dela, aquilo que a partir de então precisava ser feito. Ou seja, agindo do modo como o seu aqui e agora o permitiam e em função dos limites e possibilidades que, no seu tempo, e nas suas respectivas épocas e circunstâncias, lhes foi possível fazer.

Houve na Universidade Federal de Pernambuco alguns indivíduos, cujas ações, numa certa medida, se aproximaram desse desiderato. O fato de se mencionar, aqui, apenas um pequeno número deles não significa que muitos outros não tenham méritos equivalentes ou mesmo superiores. O autor decidiu-se por mencionar somente alguns com os quais mais conviveu e colaborou

(exceto aquele que foi o pioneiro e representa um símbolo da Instituição). Também o destaque não implica que essas pessoas tenham sido impecáveis. Muitos cometeram sérios erros, cederam, algumas vezes, por fraqueza, a pressões externas de forças muito poderosas; foram, certamente, em outras, aqui e ali, insensíveis, ou mesmo se opuseram às reivindicações, aos anseios e às angústias da sua própria comunidade. São humanos, como todos nós! Mas tiveram suas grandezas. Portanto, embora não se desconheça que tais erros efetivamente ocorreram, (e já foram, implícita e implicitamente aqui referenciados) esta sintética história comemorativa dos cinquenta anos da UFPE, tem muito mais o propósito de interpretar esses atores sob a ótica das suas respectivas ações, na medida em que elas, efetivamente, contribuíram para edificar e dar continuidade à Instituição. Nunca, entretanto para endeusá-los, nem tampouco exculpá-los das suas responsabilidades.

Neste sentido, referência especial deve ser conferida ao primeiro Reitor da Universidade Federal de Pernambuco, Professor Joaquim Amazonas. Sendo um professor da Faculdade de Direito, Joaquim Amazonas pode ser considerado, figurativamente o grande arquiteto da estrutura física e intelectual da nascente Universidade do Recife. Foi ele que adquiriu esta belíssima área onde se instalou o "campus" universitário, um antigo engenho de açúcar, cujo bairro ainda guarda a designação de "Engenho do Meio". Ele foi, igualmente, um hábil diplomata no trato dos problemas inter e intra-institucionais, na medida em que, paralelamente, apesar das inúmeras dificuldades foi capaz de pacientemente e inteligentemente, negociar um "modus vivendi" com os poderosos catedráticos ligados às tradicionais Faculdades Isoladas — inclusive a sua própria — inconformados estes com a possibilidade de dividirem o poder com uma instituição nova considerada incipiente, embora formalmente destinada a abranger, coordenar e manter aquelas vetustas e prestigiosas faculdades. A ele sucedeu João Alfredo da Costa Lima, em cuja gestão o autor deste trabalho foi, mediante seleção, nomeado para a Universidade. Homem austero e próbo, médico competente e culto, sua presença transparecia uma natural dignidade que impunha um misto de respeito e admiração. Teve como seu Vice-Reitor, um dos homens mais íntegros e respeitados da história da Universidade: O Professor Newton da Silva Maia,

Professor da Escola de Engenharia e também seu Diretor. O Reitorado do Professor João Alfredo foi, com efeito, o primeiro a tentar desenvolver ações que objetivavam engajar, institucionalmente a Universidade na luta contra os críticos problemas sociais do Estado e da região. Em 1962, foi criado o Serviço de Extensão Cultural, principal veículo dessas ações. Em torno dele, um grupo de intelectuais, congregando, dentre outros, Luiz Costa Lima, José Laurênio de Melo, Jarbas Maciel, Paulo Freire, procurou desenvolver de forma participativa ações institucionais que inserissem a Universidade no mundo e nos problemas do seu meio e da sua cultura. Destacaram-se, dentre os diversos projetos ali iniciados o Programa de Alfabetização com a utilização do Método Paulo Freire, cuja filosofia consistia em contribuir para transformar o que se considerava o homem manipulado pelo poder do capital e alienado politicamente, em sujeito, consciente e responsável pela sua própria história. Para isto, seria necessário, segundo o referido método, desenvolver uma pedagogia da conscientização que serviria a um desvelar do sistema social e político opressor, redutor do indivíduo à condição de objeto. Vem à luz então a famosa pedagogia do oprimido, baseada numa comunicação dialógica, em que educando e educador, em conjunto, debruçam-se sobre os problemas da vida cotidiana, com vistas a tornar o educando, mediante a decodificação da própria linguagem, consciente das formas de exploração e alienação e como combatê-las.

Essa estimulante experiência foi, todavia, episódica. O golpe militar de 1964 cuidou de extingui-la e, por conta dela, basicamente, o próprio Reitor João Alfredo e posteriormente o seu Vice Newton Maia, foram compulsoriamente aposentados. É curioso observar que nos três anos e pouco desse Reitorado o país vivenciou dois governos diferentes quanto a natureza, mas, numa certa medida assemelhados na forma e no estilo. O primeiro decorrente da eleição do Presidente Jânio da Silva Quadros. Sua política externa de governo sempre se afigurou estranha, pouco compreensível, ambígua. Ora deixava indícios de que se pretendia consolidar um intransigente nacionalismo, ora de concessões ao internacionalismo e ao imperialismo. A nível interno, o Presidente, com sua vocação autoritária, procurava, personalisticamente, controlar todo o aparato governamental. O que mais se destacava dentre as suas

idiossincrasias era a sua verdadeira obsessão contra os chamados desonestos, corruptos, os quais ele vislumbrava a cada esquina. Munido assim de formalismo ético praticamente patológico, seu principal alvo tornou-se o serviço público brasileiro e os seus funcionários, os quais ele considerava sem exceção, imorais e ineficientes. Decretos e bilhetinhos pululavam, chegando ao ridículo de proibir o uso de lança-perfumes ou a determinar as indumentárias a serem utilizadas pelos funcionários públicos. O segundo foi o regime militar de 1964. Este não teve a mínima contemplação com aqueles que considerava "corruptos" e "subversivos". Professores e demais lideranças intelectuais e políticas constituíam seu alvo preferido. Foi também pródigo em cassar governadores, parlamentares e funcionários públicos de modo geral. Especialmente aqueles que tivessem a ousadia de se opor ao regime ou mesmo, em alguns casos, criticá-lo. O impacto desses dois governos sobre a Universidade foi considerável. Insegurança, autoritarismo, violência, acarretaram, de imediato, uma profunda instabilidade institucional e que se tornaram cronicamente duradouros, face à procrastinação no tempo do aludido regime militar de 1964.

Não há como negar que inicialmente, o governo militar investiu maciçamente em educação. Houve, em termos quantitativos, uma enorme expansão do sistema de ensino superior, acompanhado de um considerável canalização de recursos destinados à formação de pós-graduados no estrangeiro, particularmente nos Estados Unidos. Apesar disso, a qualidade das nossas universidades se deteriorava, primeiro porque, os investimentos canalizados à pesquisa e à pós-graduação só poderiam surtir efeitos a médio e longo prazos e depois porque instituiu-se uma política demagógica e altamente perniciososa de reprodução não racional de cursos e de instituições de ensino superior privadas, que conduziam quase que meteoricamente a uma massificação do ensino.

Apesar de todos esses obstáculos a Universidade Federal de Pernambuco conseguiu, ao longo desse período sedimentar algumas proficuas realizações. Em 1963, sob a liderança lúcida e equilibrada do Professor Gilberto Osório de Andrade foram aprovados os novos Estatutos da UFPE, criando-se, nesta oportunidade, um novo elenco

de Faculdades, Escolas e Órgãos Suplementares, além dos Institutos Centrais e Especializados, primeira forma de institucionalização da pesquisa no âmbito da Universidade. É verdade que muitos desses Institutos representavam, fundamentalmente, um produto do prestígio, da dedicação e da competência de renomados pesquisadores, cuja liderança e respeitabilidade emprestavam uma credibilidade interna e externa à instituição. Tanto é assim que com o desaparecimento dos seus fundadores, muitos deles passaram por um prolongado período de desgaste e desprestígio, com uma acentuada queda de produtividade científica. Mas não se pode deixar de reconhecer o papel embrionário que exerceram, particularmente por se terem constituído instâncias institucionais precursoras da pesquisa qualitativa na UFPE.

Os vinte anos de duração do governo militar, representaram, indiscutivelmente, de modo geral, uma das fases mais críticas da história das universidades brasileiras e, particularmente, da UFPE. Seus reflexos afetaram tanto a instituição propriamente dita, como os seus dirigentes e *last but not least*, a própria comunidade universitária. No que concerne à instituição esta sofreu mudanças radicais na sua estrutura, (umas para melhor, outras para pior), mas, tudo isso através de uma catapulta de leis, decretos, portarias, exarados autoritariamente e aplicados de forma impositiva, com ausência total de diálogo, numa instituição, cuja natureza e força de sustentação reclamam, permanentemente, uma discussão crítica e inteligente dos seus problemas e dos rumos que pretende tomar. Quanto aos dirigentes, estes viviam, como diz um velho chavão, "entre a cruz e a espada". Submetidos, por um lado, às pressões do governo, de outro às da comunidade universitária. Conscientes que eram (infelizmente só alguns deles, e, no caso da UFPE, entendemos que num maior ou menor grau, todos) da necessidade de preservar a dignidade da instituição e a imprescindível continuidade das suas verdadeiras funções. Quanto ao restante da comunidade, seus professores, alunos e funcionários, humilhada, cerceada no seu exercício mais nobre do pensar do criticar e do fazer, refugiava-se na indiferença ou no radicalismo. Enfim, todos vítimas, mas também, há que se reconhecer, numa certa proporção, responsáveis por muitos dos erros cometidos.

Durante o período mais crítico do ciclo militarista (1964-1980) transcorreram os Reitorados de Murilo Guimarães, Marcionilo de Barros Lins e Paulo Frederico do Rêgo Maciel. O primeiro, Catedrático de Direito Comercial da Faculdade de Direito do Recife e seu Diretor, foi eleito pelo Conselho Universitário por dois mandatos sucessivos. Um humanista, de sólida formação intelectual, mostrou-se um liberal, no sentido clássico do termo. Discreto mas enérgico, obstinado pelo respeito aos direitos do indivíduo, foi um batalhador sereno e incansável na defesa dos interesses da universidade. Discreta mas sistematicamente procurou, na medida do possível, neutralizar qualquer ato de violência contra a instituição e a comunidade universitária. Seu Vice reitor foi o Professor Jônio Lemos, um fiel e justo colaborador. Um episódio que bem define o caráter do Professor Murilo foi o do seu encarceramento no Conselho Universitário pelos estudantes, sob a alegação que deveria destinar mais verbas para o Hospital das Clínicas, verbas que já havia solicitado mas que ainda não tinham sido liberadas. A atitude do Professor Murilo foi muito mais de compreensão do que de revolta. A época era particularmente difícil. O sistema militar radicalizara a repressão; vivia-se sob a égide do AI-5. Superado o acontecimento, o autor desse trabalho, recém formado e Secretário Geral da Universidade, ouviu o aludido Professor declarar que embora não concordasse com os métodos violentos utilizados pelos estudantes, compreendia que os excessos cometidos se deviam ao não conformismo de uma juventude que lutava corajosamente pelos seus ideais. Por isso mesmo, não só negou-se peremptoriamente, quando instado pelas autoridades, a denunciar os líderes e organizadores do movimento como, em algumas oportunidades, promoveu informalmente a sua defesa.

Do ponto de vista administrativo, o Professor Murilo estruturou os órgãos colegiados da universidade, dando-lhes maior organicidade e competência. Criou as Pró-Reitorias, promoveu a reforma do Estatuto e do Regimento, criou a Televisão Universitária e estimulou a publicação da produção intelectual dos docentes.

○ Professor Marcionilo Lins, que o sucedeu, administrou a Universidade movido por uma enorme motivação de institucionalizar e valorizar a pesquisa e a pós-graduação. Sua formação pós-graduada, no estrangeiro e o seu renome nacional e inter-

nacional no campo das Ciências Biológicas, deu-lhe o necessário respaldo para que promovesse a vinda de vários cientistas, até mesmo em equipes, fortalecendo, assim, de modo significativo, as áreas básicas do ensino universitário bem como a pesquisa. Foi, por outro lado, um período politicamente tumultuado, no qual o sistema repressivo atuava com pleno vigor, propício a denúncias, espionagens, vinditas, fatos que não deixaram de afetar a vida institucional tanto interna como externamente.

O Professor Paulo Maciel deu prosseguimento ao processo de institucionalização da UFPE, com o credenciamento de vários Mestrados e novos incrementos na área da pesquisa. Deu também impulso aos programas de extensão e promoveu o reconhecimento de cursos de graduação ainda não definitivamente regularizados. Homem culto, com boa formação humanística e habilidade política, já exercida em outras experiências parlamentares e de administração pública, manteve um saudável e respeitoso diálogo tanto com os membros da comunidade universitária como com as demais instâncias públicas externas.

O Professor Paulo Maciel foi substituído pelo seu Vice-Reitor, Professor Geraldo Lafayette Bezerra que o destino não permitiu que concluisse o seu mandato. Faleceu, ainda jovem, tendo o seu mandato sido concluído pelo seu Vice-Reitor Professor Geraldo Calábria Lapenda que soube se conduzir com muita dignidade durante esse processo de transição. Foi durante o Reitorado do Professor Geraldo Lafayette que se processou a traumática mudança do Hospital das Clínicas do Pedro II para o Campus da Universidade. Foi um dos momentos mais problemáticos da vida interna da instituição. A enorme reação da comunidade médica levou a UFPE a uma greve sem precedentes na sua história. Entretanto, a mudança foi consolidada e este mérito se deve ao seu Reitorado. Foi deste período, também, a abertura dos concursos públicos para Professores Titulares e da seleção interna para regularizar a situação dos chamados Professores Colaboradores. Esta foi outra medida que redundou numa enorme insatisfação, gerando um clima de tumulto e conflitos dentro da universidade. Mais de uma centena dos Professores reprovados na aludida seleção, e, pressionando pelo apoio da então Associação Docente, pleitearam — sem eventual êxito — sua inclusão automática no

quadro de docentes, expediente paternalista e injusto, que já tinha inclusive sido adotado por outras universidades da região e do país.

A última fase histórica compreendida neste relato refere-se ao período 1983-1987, em que o autor deste trabalho esteve à frente da Reitoria. Seria ocioso aqui tecer considerações mais alongadas, ou procurar alinhar justificativas que pudessem minimizar as insuperáveis dificuldades de se ter que confessar, pública e formalmente o somatório dos seus próprios erros bem como dos eventuais acertos. Procurarei, entretanto, ser o mais espontâneo possível e é aqui onde, certamente a linguagem dos sentimentos, irá, superar com maior frequência, à da razão. Na tentativa de proceder a uma revisão caleidoscópica desse período, a primeira lembrança que se me evoca é a da última sessão do Conselho Universitário no meu Reitorado. Aquela em que fiz uma espécie de prestação de contas do meu plano de trabalho e me despedia da comunidade universitária. Naquela oportunidade declarei que a primeira coisa que gostaria de fazer era pedir desculpas a todos pelo que deixei de inconcluso ou mesmo não realizado, fosse por ausência de condições materiais para fazê-lo, fosse por incapacidade pessoal minha e da minha equipe em dar conta efetivamente de tudo o que juntos idealizamos efetivar. Mas, muito mais importante, era que essa mesma comunidade me perdoasse pelo que de inadequado, ou não condizente com os interesses maiores da universidade, por ventura tivesse feito, mesmo que, por erro de julgamento, houvesse pensado que estaria fazendo o melhor. Nunca tive a veleidade, portanto, de julgar-me um ente especial, nem receber efusivos reconhecimentos. Não obstante, não posso deixar de confessar que envaidece-me ouvir dos meus sucessores o testemunho de reconhecimento do meu Reitorado, pela ênfase dada à melhoria qualitativa das atividades acadêmicas e da seriedade que o caracterizou no que tange à administração. Não tenho nenhum escrúpulo, contudo, em declarar que comportei-me com decência, embora com simplicidade, Procurei desenvolver em torno das minhas relações com professores, estudantes e funcionários um clima amistoso, particularmente, com aqueles mais humildes. Com esses últimos, cheguei mesmo a cultivar uma certa intimidade descontraída, até para compensar as profundas desigualdades que efetivamente existem entre as diversas categorias no

interior da própria instituição. Isto, porém, não me impediu — apesar da minha natural preocupação em não incidir em erros ou cometer injustiças — de tomar as decisões que julguei relevantes para a universidade, mesmo que viessem a descontentar grupos ou indivíduos.

Diferentemente dos quatro que me antecederam, o meu Reitorado, ocorreu em plena vigência do que se convencionou chamar de abertura democrática. Dois anos após o seu início, voltávamos à normalidade institucional, com a eleição do Presidente Tancredo Neves.

O situar-se no epicentro de uma transição que, embora pacífica, substituía um governo apoiado num sistema de força, por uma sociedade que se abria à liberdade de expressão e manifestação no plano pessoal e político, implica também no admitir-se que a consciência coletiva é inicialmente induzida a repudiar qualquer resquício de poder que tenha nascido sob a égide da velha ordem. Tenho, contudo procurado, ao longo da minhas atividades docentes, de pesquisa e de administração universitária pautar a minha conduta sob um prisma estritamente acadêmico. Por isso mesmo, nunca me filiei a partidos políticos. Entendo que não compete à instituição universitária tomar decisões oriundas dessas agremiações, sendo, inclusive, as ideologias, para ela, muito mais objeto de reflexão e de análise do que mesmo de engajamento e militância. Esta minha convicção é algo que convalida e consubstancia a minha crença de que pude manter, até hoje, uma atitude de equidistância e, sobretudo, de independência em relação a eventuais ingerências na vida institucional da UFPE. A propósito, esta constitui, nesta época que atravessamos, no meu entendimento, um dos sérios riscos que corre a universidade brasileira. Do argumento de que a universidade deve atender a certos chamamentos e prover determinadas demandas sociais — premissa absolutamente verdadeira — não se segue que ela se transforme em cortesã, pronta a satisfazer os interesses deste ou daquele governo, ou partido, ou indivíduos.

Estive, durante o meu mandato, bastante consciente das razões de natureza psicológica que motivaram reações às decisões tomadas pela administração universitária de proporções excessivas, esforçando-me para compreender que correspondiam ao extrava-

zamento de uma justa revolta contida, por tantos anos, principalmente por parte de uma juventude intelectualizada que, até então, não convivera com a democracia e a liberdade.

Todavia, no que pese aos protestos dessa juventude autenticamente idealista bem como das perorações de políticos profissionais de alguns partidos considerados realmente de esquerda, é custoso acreditar e, mais ainda, duro constatar que, desde o início da chamada redemocratização do país e hoje com maior ênfase, inúmeros dos que ajudaram a impingir o golpe militar de 1964 e que ocuparam, enquanto indivíduos ou agremiações políticas, posições que convalidavam ou até mesmo deflagravam atos de violência contra pessoas e instituições, continuam numa quantidade e intensidade crescente, a compor, com os seus antigos opositores, o cenário das grandes decisões na política nacional. Do mesmo modo é fácil igualmente constatar como alguns daqueles que no passado se opuseram à ditadura e à repressão se unem numa estranha coalisão àqueles que deram sustentação aquele "status quo".

A minha escolha pela Ministra da Educação Esther Figueiredo Ferraz, sofreu restrições tanto das facções de esquerda como da situação. Consegui, de certo modo, desagradar ambos os lados. Esse fato não constituiu para mim, propriamente, uma preocupação fundamental. De certa maneira, embora, infelizmente, pela via negativa, vinha reafirmar a minha já aludida convicção de que era essencial à universidade, que estivesse desatrelada de compromissos políticos de qualquer ordem ou procedência, para que pudesse, com a autonomia que lhe é peculiar, exercer a sua essencialíssima e nobre missão. Isto, naturalmente — e aqui novamente ênfase — para mim jamais implicou em que a universidade, principalmente a pública, pudesse prescindir do indispensável apoio político para obter os meios indispensáveis à sua manutenção, nem que devesse isolar-se do universo circundante como uma vestal da moralidade. Penso que é função do administrador acadêmico saber claramente distinguir aonde termina um amadurecido, independente e sério compromisso interinstitucional e começa a licenciosidade que desborda para negociações espúrias e troca de benesses pessoais. Foi preciso então procurar associar prudência, tolerância, coragem, tenacidade e inteligência para saber como conduzir a instituição, de sorte a que

pudesse concomitantemente: a) relacionar-se proficuamente com as autoridades e setores da classe política, realmente preocupados em interagir e apoiar a universidade na consecução dos seus compromissos e finalidades acadêmicos. b) evitar as ações de certos políticos, cujo principal objetivo consistia em utilizar-se da instituição proveito pessoal e favoritismos. c) conter certos setores corporativistas que, no interior da instituição, não raro, apoiados por forças políticas internas e externas, que açodada e pretensamente supunham que a democracia deveria conceder liberdades e benefícios ilimitados, sem a recíproca contra-partida de responsabilidades. Suposições que não só comprometem mas colidem com os requerimentos de qualificação que à universidade cumpre imperativamente observar. Cabe-me, por dever de justiça, publicamente, reconhecer que os relacionamentos da Universidade a nível do Estado e do Município, se desenvolveram, reciprocamente, marcados por um profundo respeito e movidos pelo exclusivo objetivo de mútua cooperação institucional. Nunca fui incomodado por solicitações de natureza pessoal e pouco menos as fiz. O Sr. Governador Roberto Magalhães, Professor da UFPE, foi sempre pressuroso em acionar os dispositivos do Estado para resolver problemas do interesse da Instituição. O mesmo pode-se dizer do Sr. Prefeito que, inclusive, espontanea e gratuitamente, através da CTU, assumiu o encargo de recuperar a Unidade Móvel da T.V Universitária, cujo veículo fora completamente danificado numa colisão.

Cuidei de colocar a melhor equipe que pude recrutar nos quadros da UFPE. Não recebi, neste particular, qualquer pressão, nem interna nem externa. Também, tudo indica que os nomes agradaram a comunidade universitária. Eram pessoas de reconhecida competência. Alguns, de renomado prestígio e respeitabilidade acadêmica tanto a nível nacional como internacional. A meta prioritária que caracterizou o meu reitorado foi a melhoria da qualidade do ensino e da pesquisa na UFPE. A situação inicial não era animadora. Encontrei a instituição com um déficit, que hoje corresponderia, aproximadamente, a um bilhão de reais. Fiz questão de deixar bem claro a Sra. Ministra que só assumiria o cargo se me fosse assegurada a quitação do aludido déficit. A promessa foi feita e foi cumprida.

Como uma consequência da insolvência financeira aliada a uma crônica ineficiência administrativa ganhavam relevo problemas como a deterioração do campus universitário, das instalações físicas e dos equipamentos, para não falar na precariedade dos recursos bibliográficos. Todo este problemático somatório de carências infligia, como é óbvio, direta e negativamente sobre o ensino e a pesquisa. Psicologicamente, além das já citadas razões atinentes ao passado político, estes fatores intensificavam o clima de desfora do conjunto da comunidade universitária, cujos sentimentos já tinham atingido a um patamar de desânimo de desesperança e de frustração. Tornava-se, portanto, imperativo que a nova administração não só resolvesse tais problemas, mas também procurasse fazê-lo com o concurso da própria comunidade, no propósito comum e num esforço concentrado de superá-los.

Para superar o problema financeiro imediato e abrir linha de crédito na praça a universidade teve que zerar o seu deficit, o que foi possível mediante o repasse feito pelo Ministério. Cumpria, entretanto, que medidas imediatas fossem adotadas para promover a recuperação das instalações físicas e dos equipamentos existentes no campus, praticamente sucateados, face à crônica carência de recursos para mantê-lo e conservá-lo. Naquela oportunidade, o Banco Interamericano de Desenvolvimento já havia encerrado o seu plano de financiamento de recuperação dos campi universitários. A UFPE não tinha apresentado, em tempo hábil, o seu projeto. A perda do prazo a havia excluído dos benefícios concedidos por aquela agência internacional. Graças a intensas dramáticas e sucessivas gestões do Reitor e do Pró-Reitor de Planejamento junto ao BID e o Ministério foi reaberta a possibilidade para que a UFPE apresentasse, em tempo record o seu projeto. Este, devidamente aprovado um ano depois, carrou para a instituição os recursos necessários para que se iniciasse a recuperação do campus. Tratava-se, todavia de uma tarefa a ser concretizada a longo prazo, não só pelo estado de conservação do campus, como pelos próprios procedimentos de desembolso das verbas e dos seus cronogramas. Mesmo assim, ao fim do último ano do Reitorado, já se havia mudado de maneira significativa o interior e o próprio visual da instituição. A Universidade também contou com um significativo con-curso do próprio Ministério da Educação no sentido de complementar o

projeto BID, recuperando laboratórios, criando novas salas de aula e suplementando as verbas de custeio. Durante os anos de 1985 e 1986 a atuação do Ministério neste particular foi intensa e sistemática, tendo decrescido consideravelmente no último ano do meu mandato. Grande parte dessas conquistas devem ser creditadas ao Pró-Reitor Ednaldo Gomes Bastos, cujo preparo e inteligência, associados a uma verdadeira obstinação pela Universidade e a uma insuperável capacidade de trabalho, responderam pela concretização desses projetos.

Academicamente, a meta prioritária consistia em soerguer o ensino de graduação e de pós-graduação. As Pró-Reitorias trabalhavam articuladas. De um lado o Professor Alfredo Soares, na Pró-Reitoria Acadêmica, procurava modernizar e flexibilizar os currículos, otimizando a relação professor aluno e, sobretudo, tentando perseguir a meta fundamental, a saber, a melhoria da qualidade do ensino. É nesse aspecto que entrava a articulação e que se destacava o papel da Pró-Reitoria de Pós-Graduação e Pesquisa. Sob a direção do Professor Fittipaldi, pesquisador renomado no campo da Física e uma mente dionisiacamente criativa e realizadora, Fittipaldi era um obstinado pela excelência acadêmica. Teríamos que criar, uma massa crítica de pesquisadores nestes próximos quatro anos — dizia ele — com vistas a preparar a UFPE qualitativamente para se defrontar com o próximo milênio. Sua incontinência tanto no discurso como na prática, fez com que criasse algumas incompatibilidades, principalmente entre aqueles cursos mais tradicionais. Aqueles, cuja inclinação newmaniana, consistia na hipervalorização das atividades de ensino e que alimentavam sérios preconceitos contra a pesquisa e a pós-graduação. Quanto a esta última, consideravam-na uma fábrica daquilo que pejorativamente intitulavam de “peagadelismo”.

Tirante os excessos, de ambos os lados, é inquestionável a relevância do trabalho do Professor Fittipaldi, na consolidação e na elevação dos padrões qualitativos da pós-graduação e da pesquisa na UFPE. Promoveu um crescimento considerável no percentual de doutores no contexto dos pós graduados da instituição. Percentual até então insignificante face às demandas dos cursos existentes. Estimulou e deu apoio institucional a grupos de pesquisa, tanto já consolidados como aos emergentes. Desativou alguns programas de

pós-graduação caracterizadamente insuficientes e colocou alguns outros num estágio probatório, dando-lhes, assim, oportunidade de recuperação. Se fosse possível sintetizar, dentre as realizações do meu reitorado, duas das suas mais ricas e duradouras contribuições, sem naturalmente desmerecer às outras tantas, não teria qualquer dúvida em enunciá-las desse modo: se a pesquisa e a pós-graduação na UFPE, ocupam, hoje, no cenário nacional, uma posição de destaque, isto se deve ao trabalho empreendedor desenvolvido no nosso período, pela Pró-Reitoria encarregada dessas atividades. O segundo, é o fato de que o orçamento da UFPE, que no início do meu reitorado, ocupava, no *rank* nacional das universidades públicas federais, a décima primeira, ou segunda (não estou bem certo) posição em magnitude dos recursos. À época da conclusão do meu mandato já se encontrava terceiro lugar dessa hierarquia. Esta conquista se deve, em boa parte, ao excelente trabalho da Pró-Reitoria de Planejamento.

As Pró-Reitorias de Administração e Comunitária foram conduzidas por dois reconhecidamente sérios e experientes professores da instituição Theophilo Vasconcellos e Amílcar Oliveira (este último, substituindo a Professora Dayse Mayer que teve que se ausentar logo no início do reitorado). A Pró-Reitoria de Extensão e Intercâmbio Científico esteve a cargo do brilhante pesquisador e admirável pessoa humana, que é o Professor Luiz Bezerra de Carvalho. Luiz, efetivamente, deu-lhe uma nova e mais dinâmica conotação que ao emprestar-lhe uma tonalidade em que se harmonizavam, de um lado, a indispensável abertura da universidade aos problemas do seu meio e da sua cultura; de outro, a preocupação qualitativa com que procurou sempre caracterizar as atividades de intercâmbio, desviando-o assim do formalismo ôco e insubsistente. A integração com a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação fluiu de forma profícua e espontânea, com benefícios evidentes para ambas atividades.

A dedicação, a competência, o carinho e, sobretudo, a solidariedade que me foram deferidos, por aqueles que colaboraram no meu Gabinete, em particular Alfredo de Moraes Antunes, (Chefe do Gabinete) Edileusa Dourado e Hélio Mendonça (Assessores), Ângela Lins e Tereza Andrade, Valdemar e Crispim no apoio técnico-administrativo e de serviços, foram indispensáveis à

viabilização das medidas decorrentes do plano de ação, bem como do contínuo relacionamento do Reitor com o público externo e como integrantes da comunidade universitária.

Vale por último enfaticamente destacar o fundamental e por isso mesmo imprescindível concurso da Vice-Reitora, Professora Maria Antônia McDowell. Torna-se realmente difícil distinguir, dentre os seus variados e nobres atributos, quais aqueles que mais se destacaram. Particularmente quando se fala de uma pessoa por quem sempre nutri uma grande amizade. O fato de Maria Antônia permanecer na instituição, até hoje, como uma Assessora que nenhum Reitor de bom senso pode prescindir, já caracteriza a relevância da sua contribuição, para além das fronteiras da minha subjetividade, do meu afeto. Sua proficiência em lidar com problemas de administração pública de qualquer natureza, sua irretorquível lealdade, sua personalidade e seu caráter, à margem do fascínio que sempre exerceram sobre mim, representaram, durante o meu reitorado, um precioso apoio e uma permanente segurança às minhas ações, das mais simples às mais complexas. Infundia-me outrossim, um sentimento de que durante as minhas ausências, a Universidade estaria entregue a mãos sérias competentes e cuidadosas e principalmente vigilantes para que os rumos da instituição não se desviassem um milímetro sequer, das rotas que haviam sido traçadas e das orientações que tinham sido acordadas.

O término do meu Reitorado correspondeu ao início de um novo processo de escolha do Reitor, Vice e Diretores de Centro, mediante uma consulta prévia à comunidade universitária. Esta foi uma das importantes conquistas da comunidade que há muito reivindicava essa participação.

Não há propriamente nenhum fato, nem muito menos razões para que se possa afirmar que tenha propriamente ocorrido, desde o Professor Joaquim Amazonas até hoje, rupturas substanciais entre os diferentes Reitorados que marcaram a trajetória da UFPE. É óbvio que cada um deles traz impressa a marca do caráter e da personalidade de quem o exerceu e sobretudo, como se viu, cada qual sofreu o impacto dos condicionantes sociais, políticos e econômicos das suas respectivas épocas e circunstâncias, o que os torna, em alguns aspectos, bastante distintos. Todavia, não seria pretensioso constatar que a UFPE, como qualquer instituição social

viva, vem se submetendo a um fluxo contínuo em que a mediação entre essas forças e tendências que imprimem num determinado momento marcas sobre a sua existência, também, por outro lado, impulsiona-a em direção a novas perspectivas e a novos estágios ou ciclos do seu permanente evoluir. Entendo, assim, que o meu Reitorado, mercê dos fatos que o caracterizaram e das circunstâncias em que se desenvolveu, constituiu um marco balizador de uma nova fase na história da instituição. Muito menos, cumpre ponderar, por mérito de quem o empolgou, do que mesmo pelo momento histórico em que esteve enredado. E porque foi nutrido, no seu germe, pelo sopro do renovado espírito do seu tempo, houve como que uma difusão desse mesmo espírito que, permeando e emulando vários daqueles que direta ou indiretamente dele participaram, não chegou a dissipar-se mas, numa certa medida, reproduziu-se sobre novas e mais sedimentadas perspectivas. Esta linha de continuidade tem sido, não raras vezes, salientada pelos meus sucessores — reconhe-cimento que, para além da sua possível pertinência, constitui a minha mais preciosa e duradoura recompensa.

Não está no propósito deste trabalho descer a referências acerca do trabalho dos meus sucessores. Espero ter a oportunidade de, futuramente, dedicar-lhes uma parcela das minhas reflexões. Gostaria, apenas, de concluir, retomando, suscintamente, algumas das idéias esposadas na parte inicial deste artigo acerca da missão que compete à Universidade Federal de Pernambuco desempenhar, enquanto uma instituição que, embora jovem, tornou-se, herdeira de uma longa tradição. Tradição que remonta a nove séculos atrás, aos primórdios da Universidade de Bolonha, ao humanismo e às heróicas afirmações de autonomia da Universidade de Paris, perante os poderes políticos e eclesiásticos, às conquistas no campo da lógica e do conhecimento científico da Universidade de Oxford.

Sendo, portanto a UFPE, herdeira, embora longínqua, dessa tradição haverá, por conseguinte, de necessariamente, guardar alguma característica comum inerente à natureza daquelas, caso contrário não poderia com elas identificar-se, e, assim não lhe competiria ser chamada de Universidade.